



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2017**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dezassete horas, teve lugar a terceira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

**I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE**

**II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017;**

**2.2-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2017;**

**2.3-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;**

**2.4-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2016 (ARTº 76º, Nº2 E 3, DA LEI Nº 7372013, DE 03 DE SETEMBRO);**

**2.5-RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL DE 2017 – (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO) / ACOMPANHAMENTO;**

**2.6-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO – MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, EM MATÉRIA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDEFERENCIADOS EM TODO O TERITÓRIO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO = PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO RESPECTIVO CONTRATO, NOS TERMOS DA LEI= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**

**2.7-PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO / ESTATUTOS= PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL(ALÍNEA U) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO = APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**

**2.8- PROPOSTA DE DESISTÊNCIA DA ADESÃO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO AO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL E CONSEQUENTE CESSAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL E RESPECTIVO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA CCC) DO Nº1 DO ARTIGO 25 DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**

**2.9-CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO E O GRUPO DESPORTIVO SANTACOMBADENSE PARA COLOCAÇÃO DE RELVADO**



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SINTÉTICO NO CAMPO DE FUTEBOL ESTEVÃO DE FARIA = PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

**III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.**

Presidiu aos trabalhos o Sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados: Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Jorge Miguel Silva Amaral, Luís Artur Loureiro Pereira, Manuel Luís Leitão Moraes, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Pedro Miguel Soares Veloso, Joaquim Pereira Rodrigues, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Urbana Maria Coimbra Sousa, António do Couto Venâncio, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, Fernando Almeida, José Augusto Moraes de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques, Com a presença de vinte e quatro deputados, catorze deputados do Partido Socialista (PS); nove deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP).

Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados António José Correia, Maria Inês Dias Simão, faltas que foram consideradas justificadas pela mesa e ainda a falta do Senhor Deputado Luís Miguel Ferreira Marques. O Senhor Deputado José Rui Batista Alves Ferreira, Presidente da União de Freguesias de Óvoa Vimieiro, foi representado pelo elemento da União de Freguesias de Óvoa Vimieiro Fernando Almeida.

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

**I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por convidar todos os presentes a assistir à peça musical, Da Pedra Lascada a Broadway a decorrer na Casa da Cultura entre os dias 8, 9 e 10 de julho. Depois o primeiro Secretário da Mesa, o Sr. Deputado César Branquinho, fez a leitura do expediente, endereçado a esta Assembleia Municipal, referente ao debate das acessibilidades da Região Centro. Este documento pode ser consultado no portal da Assembleia Municipal.

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal (AM) abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados neste período dos trabalhos.

Começou por ser dada a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho e em nome do grupo parlamentar do PS apresentou um voto de pesar às famílias, amigos e todos as pessoas que sofrem pela perda de pessoas e bens na tragédia dos incêndios que deflagraram na zona centro do país, concelhos de Pedrogão Grande, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Penela e Sertã. Depois convidou os grupos parlamentares do PPD/PSD e CDS/PP a juntarem-se este voto de pesar de modo a ser conjunto e a darem o seu contributo se assim o entendessem. O Sr. Deputado César Branquinho em nome do PS deu, também, uma palavra de apreço e agradecimento a todas as forças e pessoas envolvidas no combate a estes incêndios prestando-lhes a devida homenagem e agradecimentos.

Depois tomou a palavra o Sr. Deputado Luís Artur Pereira. Na sua intervenção perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o ponto da situação acerca processo que se seguiu ao incêndio de onze de agosto do ano passado. Disse ainda ser o segundo ponto da sua intervenção mais um lamento do que uma questão referindo que o Executivo estava a acabar o mandato e que o Centro Municipal de Marcha e Corrida ainda não existia e até tinha desaparecido da atividade do Município. Referiu que este poderia trazer a prática desportiva pessoas de todas as idades, em especial os idosos, principalmente se complementado com um seguro desportivo e apoio técnico. Lamenta que as pessoas tenham de ir levantar o seu cartão de praticante a Tondela ou a Tábua, os municípios vizinhos que aderiram, aproveitando este facto para se promoverem e mostrarem as suas potencialidades



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

turísticas. Por último, perguntou qual o ponto da situação do estado dos percursos pedestres que o Senhor Presidente da Câmara, numa das primeiras sessões, referiu que estavam referenciados e que tinha técnicos a trabalhar nisso e do qual não tinha conhecimento.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Manuel Luís Morais, para dizer que o assunto que o trazia aqui estava relacionado com o terrível acontecimento que assolou o nosso país, o número de mortos e centenas de feridos causados pelo incêndio florestal, em que inúmeros comentadores opinaram com meias verdades, direcionando o discurso para o que achavam mais importante ou para defender organizações ou até ocultar os verdadeiros problemas. Em relação ao sistema da defesa florestal contra incêndios pouco se ouviu falar nas redes sociais, dizendo que este sistema assentava em três pilares: 1º pilar dizia respeito à prevenção e estrutura e era da responsabilidade do Instituto Conservação da Natureza e das Florestas; o 2º pilar dizia respeito à vigilância, proteção e fiscalização e era da responsabilidade da GNR o 3º pilar dizia respeito ao combate, ao rescaldo e à vigilância pós incêndio. Finalizou a sua intervenção dizendo que todos tínhamos de ter a noção de que Portugal sem fogos depende de todos.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, que começou por abordar o último ponto da ordem dos trabalhos, dizendo que para si era o primeiro ponto, e que era uma declaração iminente política. Tinha em nas suas mãos um documento que previa um contrato programa entre três entidades: Grupo Desportivo Santacombadense, Câmara Municipal e Governo. Aquilo que ia dizer não era contra o Grupo Desportivo Santacombadense e o Pinguinzinho, não tinha nada a apontar quanto à importância do papel formador e desportivo quer de um quer de outro e do seu valor para o nosso concelho. Tendo em conta tudo o que era preciso fazer pelo concelho admirava-se que se tenha tomado esta atitude, significava que quando referia que a Câmara ainda tinha dívidas pendentes, quando havia vários processos jurídicos pendentes, várias pessoas a passar carências e sem habitação condigna, revoltava-o porque era um humanista e outros valores mais altos se levantavam que era a da dignidade das pessoas. Recuando no tempo, apontava as diferenças entre dois mandatos socialistas, na altura em que foi presidente da direção do ténis clube não sabia quantas vezes bateu à porta do então Presidente da Câmara por causa do piso do campo de ténis, que era pertença do Município, para o substituir e melhorar, na altura tinham duzentos e dez alunos a praticar o ténis, vindo a saber que o Presidente da altura considerou o ténis um desporto de elites só porque era para alguns e o clube acabou por deixar de existir. Agora um outro Executivo socialista, era com pena que o dizia, assumia uma atitude diferente tomando uma atitude de cidadania consciente. Isto era um problema fraturante no seio dos partidos e a população também não entende. Estávamos a representar a população e tínhamos de ver quais eram as prioridades e que apesar das pressões não podíamos ceder. Embora tenham razão no processo que encetaram e se a Câmara tivesse disponibilidade financeira era o primeiro a dizer que sim mas infelizmente a Câmara não tinha e, referindo-se aos anteriores executivos que tanto criticaram com o despesismo, perguntava porque é que precisavam do PSD para fazer passar isto, gostava que lhe explicasse. Isto significava que durante doze anos ficávamos com um encargo de cento e quarenta e quatro prestações, por isso, era contra a oportunidade da apresentação desta proposta. Não era contra o Grupo Desportivo e o Pinguinzinho mas devido ao contexto socioeconómico em que estávamos, que ficasse bem ciente. Tendo refletido sobre o assunto esta era a razão e que a grande parte das pessoas presentes dava-lhe razão. Apesar de tudo disse que se ia abster.

Neste momento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o assunto a que o Sr. Deputado se referia fazia parte do último ponto dos trabalhos e era aí que se votava.

O Sr. Deputado Rui Jorge Pereira continuou dizendo que os incêndios florestais têm sido um flagelo que não tínhamos há muitos anos, que nós cidadãos e instituições tínhamos de nos juntar e o documento com o voto de pesar que ia ser subscrito por todos ia indiciar isso. Depois disse que o dia do Município foi uma cerimónia simples e singela mas de grande simbologia e que tudo correu bem.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal pediu para intervir, dizendo que nunca o tinha feito mas achou que era importante fazê-lo depois da intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira. Referiu que estava nos antípodas do que disse o Sr. Deputado, residia e trabalhava há trinta e três anos em Santa Comba Dão e esta foi a melhor decisão que o concelho tomou por uma instituição pela qual tinha todo o carinho e todo o mérito e que envolve dezenas de milhares de horas de trabalho. Que o concelho de Santa Comba Dão estava nos primeiros e



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhores índices sociais e outros do género, havendo um trabalho feito neste concelho que não podíamos desprezar, ninguém o podia fazer em consciência e a retórica não era o lugar para esta casa da democracia. Deixou um abraço ao Pinguinzinho que elogia sempre e que o continuará a fazer em gratidão pelo trabalho brilhante que tem feito.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira para intervir em defesa da honra, dizendo que ainda bem que todos tinham o direito de exprimir livremente as suas ideias e que, ainda que antagónicas, era daí que vinha a força da democracia, significava que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tinha direito a ter a sua opinião e ele a dele.

Neste momento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal voltou a intervir para dizer que falou na qualidade de deputado e não como Presidente da Assembleia Municipal. O Sr. Deputado Rui Jorge Pereira continuou a sua intervenção dizendo que reparou que havia aqui duas posições antagónicas e isso significava que não ia obstaculizar a aprovação, até porque era um simples deputado de uma bancada e portanto o seu voto pouco ou nada contava e que ficava a cargo da consciência de cada um verificar se votava ou não pelo bem de Santa Comba Dão. Expostas as opiniões cabia aos restantes membros desta Assembleia decidir da sua justiça - acrescentou.

O Sr. Deputado Manuel Luís Morais voltou a pedir para intervir após ouvir as palavras do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira. Referiu ter-lhe estima por ser pessoa de grande valor mas também lhe recordou que nesta casa também se fazia história e por isso ir fazer uma intervenção política. Lembrou o Sr. Deputado Rui Jorge que ao dizer que teve a experiência dos mandatos políticos do PS também se devia lembrar do primeiro mandato que o partido do Sr. Deputado, o CDS/PP, governou a Câmara entre 2005 e 2009 em coligação com o PSD. Nessa altura esta construiu os campos desportivos dos centros educativos e que se estes tivessem sido feitos com as medidas corretas não estaríamos aqui a discutir este assunto. Estávamos a falar de um investimento de doze anos comparativamente a um investimento desastroso dos centros educativos, que também eram estruturantes, mas que eram precisos trinta anos para os pagar com valores praticamente incomportáveis para o município. Ia votar a favor porque achava que o piso sintético era uma boa estrutura para o concelho.

Seguiu-se a Senhora. Deputada Edite Cruz, começando por relembrar algumas questões ligadas aos jovens de extrema importância e hoje quando falávamos dos jovens, da delinquência, falta de valores o que davamos aos jovens era nada. Defende que se devia prevenir para não ter de emendar, muitas vezes, o irremediável. Neste sentido, o educativo e o da prevenção, achava que era uma medida muito bem tomada. Estarmos a prevenir a delinquência e os comportamentos desviantes dos jovens, estávamos a investir a doze anos e até mais. Não se preocupava achando que deveria haver mais investimento na cultura e atividades para os jovens, nomeadamente o desporto e que este tipo de atuação era de extrema importância social. Depois disse que o que a preocupava era o que a seguir se ia discutir. Referiu que o Sr. Deputado devia ter visto os documentos relativamente ao FAM e realçou positivamente o facto da situação atingida já permitir olhar positivamente daqui a doze anos. Disse isto não ser possível há dois ou três anos atrás. Destacou os resultados que este executivo atingiu comprovados através dos documentos distribuídos que permitiam ver o futuro com mais coragem permitindo, com segurança, assumir esta responsabilidade a doze anos. O que a preocupava, mais do que isto, era ter de pagar taxas máximas em Santa Comba Dão durante vinte anos, era ficarmos amarrados ao FAM com taxas no máximo de IRS, de IMI e de Derrama.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas.

Relativamente ao período antes da ordem do dia e ao protocolo com o Grupo Desportivo Santacombadense abstinha-se de fazer comentário e submetia a sua preleção para esse ponto da ordem de trabalhos.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Luís Artur Pereira, o ponto da situação ao inquérito do incêndio ocorrido a onze de agosto do ano passado, deu nota que existiu efetivamente uma comissão de inquérito e que ficou comprovado que o incêndio foi provado pelo comboio que circulava. Posteriormente foi-lhe dito pela Infraestruturas de Portugal que se estava a encontrar uma plataforma de entendimento com a entidade que estava a utilizar a linha naquele momento. O Município já apresentou uma queixa ao Ministério Público contra as Infraestruturas de Portugal, o assunto está bem encaminhado e em fase de resolução. Referiu que iria falar novamente neste assunto no ponto dos trabalhos acerca da atividade do Município. Relativamente ao Centro



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Marcha e de Corrida não deixava de concordar com o Sr. Deputado quando disse que tinham de reconhecer que não fizeram tudo o que disseram. Por várias circunstâncias ainda não foi possível implementar este projeto e o que o Sr. Deputado lhe disse vem ao encontro do que já foi dito por outros deputados. O Executivo tem feito uma grande aposta em relação às iniciativas que as associações estão a desenvolver noutras áreas, como o andebol e basquetebol e estavam a ter excelentes resultados e o Município estava a acompanhar essas situações. O futebol era extremamente importante, mas havia jovens que tinham apetência para outras modalidades, por isso tinham de estar atentos e apoiar porque existiam muitos jovens a participar nestas modalidades. Relativamente ao Centro de Marcha e Corrida o Executivo ia ver quando o ia implementar, era um projeto que estava a começar a trabalhar e pensava que ia ser importante não só ao nível de usufruir a natureza mas também para o bem estar físico e mental das pessoas referindo-se concretamente à marginal do Granjal. Adiantou que estavam a fazer a limpeza com meios da Câmara e a tentar enquadrar este projeto numa candidatura no sentido de fazer ali uma marginal para as pessoas usufruírem deste espaço de excelência. O Centro de Marcha e Corrida logo que possível será uma realidade. No que diz respeito aos percursos pedestres disse que se tratava de uma candidatura de um projeto da Comunidade Intermunicipal para todos os municípios que fizeram o levantamento de três percursos que foram georreferenciados para que possam brevemente trazer ao concelho projeção e desenvolvimento económico.

Em seguida disse ao Senhor Deputado Manuel Luís Morais que se associava assim como o Município à solidariedade manifestada para com as vítimas e os autarcas dos municípios que foram assolados pelo incêndio e em particular Pedrogão Grande. Que os Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão estiveram envolvidos numa recolha de bens para enviar e o Município disponibilizou uma viatura para o fazer o transporte. Sobre isto e pelo que aqui foi dito teria de haver uma grande aposta em prevenção o que era fundamental, a esse nível o Município de Santa Comba Dão fez uma candidatura ao ICNF, estando a aguardar a sua aprovação porque os custos para a prevenção são relativamente elevados e era importante prevenir tudo o que estava envolvido à volta das localidades e dos eixos viários e teria de haver uma discussão entre os privados e as instituições.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

## II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2.1-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2017;

Na apreciação e votação da ata da sessão extraordinária de 25 de abril de 2017, esta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos, sendo catorze votos do PS, nove votos do PPD/PSD, um voto do CDS/PP.

### 2.2-APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2017;

Na apreciação e votação da ata da sessão extraordinária de 29 de abril de 2017, esta foi aprovada por unanimidade, com vinte e quatro votos, sendo catorze votos do PS, nove votos do PPD/PSD, um voto do CDS/PP.

### 2.3-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

O Sr. Presidente da AM deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dar os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de São João de Areias pelo momento muito significativo e homenagem feita às associações e autarcas da freguesia por todo o trabalho realizado naquela freguesia, com uma cerimónia simples e repleta de significado, tal como disse o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira acerca do Município.

Depois o Sr. Presidente da Câmara nos termos do nº1 do artº 16 do Regimento da Assembleia Municipal, apresentou a informação sobre a atividade do Município, no período compreendido entre o dia 29 de abril e o dia



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

30 de junho e da situação financeira do mesmo, relativamente ao período compreendido entre 21 de abril e 23 de junho de 2017.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Tiago Costa para dizer que acerca da informação tecida sobre a atividade do Município e em especial a área funcional da cultura e das artes e em particular à Casa da Cultura, que era talvez o ex-líbris da nossa cidade, uma obra que na altura da sua construção, e do que recordava, causou tanta ou mais polémica do que a questão do piso sintético mas que era uma obra que neste momento não comportava encargos para o Município, por estar paga, para além das despesas correntes que lhe eram inerentes. Hoje em dia olhávamos para a nossa casa da cultura com o sentimento que vale a pena, era um fator de orgulho para todos os santacombadenses, aí se faziam atividades de diversa índole. Era um regozijo ver que as atividades realizadas não eram para meia dúzia de pessoas e proporcionava uma dinamização por parte dos vários setores e quadrantes da sociedade.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, na sua intervenção deu uma palavra de apreço ao Presidente da Junta de Freguesia de São João de Areias pela cerimónia que decorreu de uma forma singela e simples e de grande simbologia, deu os parabéns a todos os autarcas, quer no passado quer no presente, que projetando o futuro eram dignos continuadores dos pergaminhos dessa terra. Relativamente à atividade do Município, uma palavra de louvor ao que foi feito na primeira iniciativa relativamente à discussão de vários temas relacionados com o nosso concelho e que teve lugar no átrio da Casa da Cultura, e em que teve oportunidade de participar, e estiveram presentes vários convidados experientes em diferentes matérias e em que todos ficamos mais ricos. Parabéns a todos os que intervieram nessa cerimónia pois estava em causa a discussão do presente e do futuro do nosso concelho. Quanto à criação do núcleo museológico municipal nessa altura teve o cuidado de tecer algumas considerações e uma delas era sensibilizar as pessoas para que de uma forma voluntária participassem na realização desse desiderato que dizia respeito a toda a nossa comunidade. Na área da educação e numa reunião tida há pouco tempo com a associação de pais foram alertados para a necessidade de colocar uma passadeira junto à antiga escola nº2 para maior segurança. Quanto à área funcional da cultura e artes e posto de turismo queria dar uma palavra de incentivo e parabéns porque verificava que todas as filarmónicas e CMAD, tudo o que era arte, estava a funcionar com força e toda a pujança, significa que a Casa da Cultura cada vez mais estava a assumir um papel relevante e interventivo. Quanto à área funcional da juventude, ação desportiva e associativismo esperava que num futuro próximo o ténis regressasse às preocupações do Município.

Em seguida interveio o Senhor Deputado Joaquim Rodrigues, disse que leu e ouviu com atenção a informação acerca da atividade do Município e que a grande prioridade deste Executivo, espelhado pelo Presidente da Câmara, e que se podia verificar pelas contas que foram apresentadas ao longo do ano, foi o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal da situação catastrófica em que se encontrava e estava bem evidente. Disse ainda que apesar de tudo isto este Executivo tem continuado a fazer obra e que mereciam alguma consideração. Ficávamos satisfeitos pela obra feita e o apoio dado a todas as instituições culturais, recreativas e desportivas do nosso concelho, todos sabíamos que eram o grande pilar, pelo menos das terras pequenas e freguesias, por isso era importante apoiá-las para que possam ir a eventos em diferentes zonas do nosso país e até ao estrangeiro e mostrar aquilo que de bom se faz na nossa terra. Também queria lembrar a cerimónia em São João de Areias que comemorou os vinte anos de elevação a vila, em que estiveram presentes os senhores presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, foi uma festa bonita e deixava uma nota de agradecimento à Junta de Freguesia na pessoa do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São João de Areias.

Tomou a palavra o Sr. Deputado José Augusto Morais. Na sua intervenção disse que da leitura da informação pelo Sr. Presidente da Câmara, lamentavelmente, mais uma vez, notava falta informação/ divulgação. Disse ser este facto, talvez, recorrente e transversal a mais de quarenta e sete anos desta associação de jovens: os Escuteiros. Disse ser a primeira, a maior e com mais idade e que fica sempre esquecida. Afirmou ser também transversal a todos os presidentes de câmara e todas as juntas de freguesia, em que também se incluía um pouco. Falava-se de tudo o que aconteceu no dia dez de junho e realizou-se uma atividade de marca e com a



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

marca Combinhas, que leva o nome de Santa Comba Dão a diversos distritos e traz a esta terra centenas de jovens num fim de semana, e que mais uma vez a atividade passou em claro. Enquanto responsável por aquele movimento durante quarenta e cinco anos da sua vida, lamenta isto. Agradecia na pessoa do seu colega Presidente da União de Freguesias de Treixedo e Nagozela, Domingos Marques, todo o empenho e boa vontade que teve para com quem esteve a trabalhar em prol da nossa terra.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que disse que as questões aqui colocadas foram mais análises do que questões. Relativamente ao repto lançado pelo Sr. Deputado Rui Jorge Pereira pelo ténis disse que iria ter isso como preocupação. Quanto à questão colocada pelo Sr. Presidente da União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto de Mosteiro tinha de se redimir por não fazer parte da informação acerca da atividade do Município, embora fosse reconhecido pelo Município que o Corpo Nacional de Escutas era uma importante escola de formação de crianças e jovens e dizia ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Santa Comba Dão e Couto de Mosteiro que aquilo que foi solicitado à Câmara Municipal para a realização da iniciativa foi cumprido.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia

**2.4-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO DO ANO ECONÓMICO DE 2016 (ARTº 76º, Nº2 E 3, DA LEI Nº 7372013, DE 03 DE SETEMBRO);**

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o projeto em causa.

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Cruz, este disse que praticamente estávamos no final do mandato desta Assembleia Municipal e que este seria o momento mais importante para debater o que foi o resultado da gestão do Executivo Municipal. Tínhamos as contas de dois mil e dezasseis e era importante que os cidadãos de Santa Comba Dão soubessem como estávamos melhor. Hoje Santa Comba Dão tinha uma situação equilibrada, que houve muita especulação independente de todo o contingente que estava por decidir em tribunal. As contas apresentavam, hoje, uma dívida agrupada de 13 700 000 euros quando em dois mil e catorze apresentavam 18 173 000 euros. Que lhes aprazia registar que hoje era este o resultado do Município, como dizia o Sr. Presidente da Câmara, devíamos debater as opções estratégicas tomadas e as alternativas dos projetos a implementar visando o progresso e desenvolvimento económico do concelho num ambiente favorável à economia regional, onde os principais concelhos limítrofes - Mortágua, Carregal do Sal e Tondela, evidenciavam uma forte dinâmica na criação de emprego e no acolhimento empresarial, e que hoje o problema começava por ser muito mais a dificuldade em arranjar empregados qualificadas para trabalhar do que propriamente oferecer emprego. Havia grandes empresas a procurar empregados qualificados mas não conseguiam, esta era uma nova fase que se estava a enfrentar e precisávamos de saber como iam enfrentar estes novos tempos. A sustentabilidade da dívida, que era um pilar que a Câmara tinha definido como um dos mais importantes e certamente que o era, afigurava-se agora ultrapassada e não impeditiva de voltarmos ao investimento municipal, que caiu naturalmente durante este período, onde basicamente pequenos investimentos ou pequenas intervenções foram apenas realizadas. Seria importante, do seu ponto de vista, apesar do Sr. Presidente da Câmara já ter dado de uma forma simples que projetos mais estruturantes como o desenvolvimento turístico do Granjal, afirmando-o como grande projeto no início do mandato, a ligação à ecopista, o centro interpretativo do estado novo, a questão da unidade de saúde de São João de Areias, mas que continuávamos, praticamente, neste período a dizer que já estava tudo em projeto. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara dissesse quais os meios financeiros que a Câmara vai alocar e quais as responsabilidades que assume nestes projetos. Depois, quanto a si, o projeto mais estruturante e aquele que necessita de ser olhado como força política era, certamente, a questão da modernização das zonas industriais e a sua expansão. Sabíamos que existe uma empresa a andar que já foi aqui aprovada com o apoio de todas as bancadas parlamentares. Havia o investimento como o da Ribadão que ainda não teve resposta. Deveríamos ter alternativas no concelho, porque tínhamos três zonas industriais que precisavam de ser expandidas, este era o



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

grande investimento, os terrenos são caros e era necessário fazer as infraestruturas. Portanto estas questões ainda estavam por responder. No essencial eram opções que qualquer dos partidos ou das candidaturas que venham a estar na Câmara iriam ter que enfrentar no próximo mandato. Os outros concelhos têm opções para acolher empresas e nós deixamos fugir. A questão do emprego era decisiva porque trazia uma qualidade de vida e mais reforço do poder de compra e melhoria de vida às pessoas. Eram no fundo estas questões que, ultrapassada a questão da dívida que estava praticamente equilibrada com o contributo do PAEL entre 2013, 2014 e 2016, gostaria de ver respondidas já que estamos em final de mandato.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Respondendo ao Sr. Deputado Fernando Cruz afirmou que, mais uma vez e com todo o respeito e consideração que tem pelo Sr. Deputado, ficava admirado com esta intervenção, pois este não se podia esquecer que esteve oito anos no anterior executivo e lembrou o estado em que ficaram as finanças municipais. Ficava satisfeito quando o ouviu afirmar que ao fim destes três anos o Município tinha uma situação financeira equilibrada. Acrescentou que não era totalmente verdade quando o Sr. Deputado Fernando Cruz dizia que o Município já não tinha dívidas nenhuma e que a partir de agora era andar para a frente. Queria lembrar a contratualização de um empréstimo de saneamento financeiro para pagar a dívida de curto prazo, do qual o Sr. Deputado foi responsável pela elaboração, apresentação e aprovação em 2009, 2010. Este empréstimo foi de 6,5 milhões de euros, a dívida de curto prazo era à volta de 5 milhões de euros e quiseram ficar com uma almofada financeira para alocar o desenvolvimento do concelho. Conclusão: foi contratualizado o empréstimo e inexplicavelmente a dívida de curto prazo, passado um ano, em 2011, voltou a ser maior que aquela que era antes do empréstimo. Daí a obrigatoriedade, era bom que se fizesse história, de aderir ao plano PAEL. Como o Sr. Deputado sabia bem, o programa PAEL é hoje aquilo que mais pesa na carteira dos santacombadenses, em que tínhamos como obrigatoriedade de ter o IMI no máximo. Era o único instrumento que limitava o Executivo de poder reduzir o IMI. O PAEL, cujas verbas foram entretanto recebidas, permitiu pagar as dívidas de 2007 a 2012 e que já deveriam ter sido pagas pelo anterior empréstimo de saneamento financeiro. Quanto ao empréstimo de saneamento financeiro este Executivo não sabe para que serviu. Aliás, nesse tempo, os vereadores do PS foram sempre muito criticados pela sua atitude responsável com que encararam os problemas de Santa Comba Dão. A situação não estava resolvida porque efetivamente o PAEL custa ao Município 400 mil euros por ano de amortização. Podemos dizer que o Município é agora credível perante as instituições e credores, não tendo problemas de crédito junto das empresas às quais a Câmara recorre para prestação de serviços e o Sr. Deputado sabe que no final do seu mandato não era assim. Relativamente aos parques industriais dizia ao Sr. Deputado, com muita pena, que nos oito anos do anterior Executivo os parques industriais ficaram sempre na mesma enquanto os concelhos limítrofes se empenharam em os dinamizar e em procurar empresários. Perguntava ao Sr. Deputado que empresas se instalaram em Santa Comba Dão entre 2005 e 2013. Acrescentou que havia hoje uma situação financeira que ainda continuava a ser de preocupante mas que já permitia lançar ou concretizar despesas no sentido do desenvolvimento sustentado do nosso concelho. A unidade de saúde de São João de Areias estava pronta a começar dentro de dias, neste Executivo não houve a tentação de anunciar projetos inexecutáveis e que todos os projetos que referia na informação acerca da atividade municipal, eram projetos que tinham financiamento assegurado e participação comunitária assegurada, estando inscritos no orçamento do Município, com a correspondente cativação de verbas. Em relação às termas do Granjal tinha sido feita a classificação da água como água mineral do Granjal e um contrato de concessão de 50 anos com a DGE e que estavam a trabalhar no sentido de encontrar um parceiro privado, assim como associar o parque termal do Granjal à criação da sua marginal, como ponto de atração turística, de saúde e bem estar. Relembrava que existia dinheiro na CCDR para que esta obra fosse uma realidade. Disse que este Executivo estava orgulhoso do trabalho feito que permitia a Santa Comba Dão, como o Sr. Deputado disse e muito bem, ter hoje uma situação financeira diferente que lhe permitia lançar o desenvolvimento económico e turístico do concelho. Sobre o desenvolvimento industrial disse que havia uma empresa que se estava a instalar.

Relativamente à Ribadão deixava bem claro que foi prometido pelo anterior Executivo a resolução do problema mas que nunca resolveu. Aquilo que era a intenção da Ribadão no passado e que foi o compromisso do anterior Executivo era que lhe fosse concedido um terreno nas proximidades das suas instalações e que era isso, agora,



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o que o seu Executivo estava a tentar cumprir. Tendo-se vindo agora a verificar que do ponto de vista legal era impossível tendo Sr. Vereador João Onofre, aqui presente, também levantado dúvidas sobre essa possibilidade. Os empresários da Ribadão acabaram por aceitar a solução deste Executivo, estando neste momento a terminar o processo para que a sua recolocação seja uma realidade a muito curto prazo. O Sr. Presidente da Câmara voltou a agradecer ao Sr. Deputado a sua análise sobre o Município ter neste momento uma situação equilibrada.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Este ponto foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo 14 votos do PS, três votos do PPD/PSD, dos Senhores Deputados Serafim Rodrigues, Pedro Cruz e Fernando Almeida e sete abstenções, sendo seis do PPD/PSD e uma do CDS/PP.

Findo este ponto o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

**2.5-RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL- 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL DE 2017 – (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO) / ACOMPANHAMENTO;**

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal o relatório trimestral do PAEL acerca do assunto em epígrafe.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Presidente da AM abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem e, como nenhum deputado se inscreveu, passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

**2.6-ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO – MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, EM MATÉRIA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDEFERENCIADOS EM TODO O TERITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO = PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO RESPECTIVO CONTRATO, NOS TERMOS DA LEI= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar a conhecer à Assembleia Municipal a proposta de alteração acerca do assunto em epígrafe.

Após a intervenção do Sr. Presidente da Câmara o Sr. Presidente da AM abriu as inscrições para os deputados se pronunciarem. Como nenhum deputado se inscreveu para intervir colocou o documento em apreço a votação, neste momento registou-se a ausência dos Senhores Deputados Luís Nunes e Serafim Rodrigues, e a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com vinte e dois votos: catorze votos do PS; sete votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

**2.7-PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO À FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO / ESTATUTOS= PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ALÍNEA U) DO Nº1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão deste ponto dos trabalhos.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, disse que os Caminhos de Santiago são extraordinariamente importantes para o desenvolvimento turístico do nosso concelho e como dizia o Sr. Presidente da Câmara eles não atravessam apenas as localidades como têm todo o interesse em se inteirar dos aspetos que fazem parte e subjazem à formação do próprio concelho. Os peregrinos são pessoas que podem ser uma mais valia para o comércio e que será necessário começar a preparar o comércio para serem recetivos a esse tipo de turismo, pois pode divulgar as potencialidades do nosso concelho. Concluiu que todos deveríamos saber aproveitar esta mais valia em termos de participação económica.



## MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que disse que a intervenção do Sr. Deputado não tinha colocado nenhuma questão

Após as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação e a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com vinte e quatro votos: catorze votos do PS; nove votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

**2.8- PROPOSTA DE DESISTÊNCIA DA ADESAO DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO AO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL E CONSEQUENTE CESSAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL E RESPECTIVO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA A SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA CCC) DO Nº1 DO ARTIGO 25 DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;**

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe à Assembleia Municipal

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão deste ponto dos trabalhos.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, disse que isto significava que houve a necessidade da intromissão do poder central para por as contas em dia, não havia outra alternativa face ao panorama então existente ou cumpríamos as diretrizes ou não havia dinheiro para fazer face às despesas e às dívidas. Daí o facto de neste momento se poder congratular com o facto da dívida descer significativamente, não só porque o Município se viu constringido e obrigado a executar uma determinada política orçamental sem que isso não queira dizer que por parte do Município não tenha havido a tal contenção e rigor que tanto falou aqui na parte orçamental, houve a necessidade de cortar o que era supérfluo e nas despesas que não eram importantes. O mérito foi também, em parte, do Executivo porque efetivamente conseguiu cumprir à risca tudo aquilo que tinha de fazer e foi ainda mais além. Neste momento já se vislumbra uma luz ao fundo do túnel, significando que resulta de um trabalho árduo e competência do Executivo. Estava cumprida esta fase. Como dizia no documento do saneamento financeiro, da situação em trinta e um de dezembro de dois mil e dezasseis, devia recorrer mas não estava obrigado, gostaria de saber qual era a opinião do Executivo se terá de haver um plano B para que numa situação de aperto não voltemos a ter a necessidade de apertar mais uma vez o cinto, apesar de ser constringido pela situação, ser obrigado a tomar medidas que não provocou. De qualquer modo cumpriu o seu desiderato que foi chegar a esta altura e poder optar entre recorrer mas não estar obrigado. Esperava que desta vez não se voltasse a conhecer toda uma situação que foi limitativa do desenvolvimento porque os dinheiros eram escassos e tínhamos de pensar no macro desenvolvimento e tudo o que era importante para o nosso concelho.

De seguida interveio a Senhora Deputada Edite Cruz, começou por dizer que não podia deixar de manifestar a satisfação e agrado ao verificar, aqui hoje, a libertação de Santa Comba Dão face às dívidas contraídas pelo anterior Executivo do PSD. As autarquias locais eram pessoas coletivas dotadas de órgãos representativos que visavam a percussão dos interesses próprios das respetivas populações através das câmaras municipais e das juntas de freguesia, o princípio da autonomia do poder local era fundamental para que a governação autárquica fosse ao encontro das pessoas, este princípio estava expresso no artigo nº6 da constituição da república, Como todos sabemos no início do mandato deste Executivo o caos financeiro em que se encontravam as contas da Câmara Municipal punham em causa os pagamentos mais básicos, como os salários, transportes e refeições escolares, empréstimos bancários e outros. Os erros do passado retiraram-nos o direito de usufruir de uma gestão autárquica capaz de intervir junto dos cidadãos com autonomia. A obrigatoriedade de ir ao FAM obrigou o Executivo do PS a executar as taxas máximas do IMI, Derrama e na participação fixa de IRS, assim como outras condicionantes ao desenvolvimento do nosso território. Era de salientar o mérito e a capacidade de gestão pública que este Executivo demonstrou ao superar as responsabilidades políticas e financeiras na gestão do Município através dos princípios de racionalização e eficiência. A responsabilidade política exercida através da oferta de serviços necessários em qualidade e quantidade para satisfazer as necessidades sociais, assim como estabelecer forma de como financiar e as gerir. Na responsabilidade financeira foi executada uma gestão criteriosa e eficiente dos recursos, tentou-se sempre ultrapassar as dificuldades financeiras herdadas,



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuando a responder às necessidades dos santacombadenses. Podíamos dizer que não houve investimento mas houve o pagamento de dívida, passámos de uma dívida aqui dita várias vezes de 19 milhões de euros acrescidos dos tais 10 milhões encriptados à parceria público privada, através da criação da empresa DãoGest. Restava perguntar com tanta dívida o que foi feito em termos de investimento? Os centros educativos dos quais pagávamos uma renda e no final do contrato não pertenciam à Câmara Municipal, podíamos falar nalgumas ruas da nossa cidade que foram pavimentadas com sumptuosas placas de granito mas que já se encontravam partidas e soltas, ou das obras comparticipadas com apoios comunitários e que não respeitaram as regras comunitárias estabelecidas e se encontravam em processo de devolução de verbas e, já tínhamos algumas comparticipações devolvidas como o caso da verba da Ex-N2, dos ginásios, rondava uma devolução de 1 milhão de euros, assim como a devolução de 345 mil euros relativos ao centro escolar norte. As restrições impostas pela obrigatoriedade da adesão ao FAM impunham restrições ao desenvolvimento de Santa Comba Dão a médio e longo prazo. Algumas medidas restritivas prolongavam-se por um período de vinte anos. Foi duro este caminho mas permitiu demonstrar o mérito deste Executivo pelas boas práticas da gestão pública colocando a dívida atual do Município em cerca de 13 milhões de euros. A Sr. Deputada Reiterou a satisfação de todos os deputados da bancada do PS face aos bons resultados obtidos e que nos permitiam uma libertação das limitações impostas pelo FAM.

Depois interveio o Sr. Deputado Manuel Luís Morais, dizendo já estávamos em ano de eleições e os vários candidatos já começaram a fazer a sua campanha rua a rua, e tínhamos de ser leais para com os santacombadenses porque muita gente dizia que se poupou mas não se investiu, parecendo que este dinheiro que rondava os 4,5 milhões de euros, mais um milhão de obras que não foram feitas e que se traduzia à volta de seis milhões de euros, parecia que estava numa conta a prazo, e esse dinheiro pelo que viu serviu para pagar dívida. Devíamos ser todos leais para que Santa Comba Dão prospere no futuro. Outra coisa a reter era que a um de janeiro de dois mil e catorze o pagamento a fornecedores era de 836 dias e passados três anos passou para 189 dias, isto queria dizer que houve um esforço e o Município estava mais credível para bem de todos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, disse ao Sr. Deputado que quando dizia que não havia outro caminho não era verdade porque havia. Se este Executivo tivesse optado pela estratégia do Executivo anterior havia outro caminho que era de aderir ao FAM, pagar a dívida e contrair um empréstimo para pagar em vinte anos e continuar alegremente a percorrer o caminho do endividamento até que um dia a Câmara tivesse que fechar. O caminho que este Executivo fez ao não ter aderido ao FAM foi uma opção estratégica para que não tivesse que ficar amarrado a uma regulação pelo poder central, podia ter seguido esse caminho, como o fizeram outros municípios, mas o caminho seguido foi de uma forma voluntária e consciente com muito sacrifício. Como o Sr. Deputado disse o mérito era em grande parte do Executivo, naturalmente que assim o reconhecia, mas dizia-lhe que o mérito era dos santacombadenses que souberam interpretar o momento difícil que vivemos, que não baixaram os braços. Não foi por isso que as associações culturais e desportivas do concelho esmoreceram, fizeram das tripas coração mas conseguiram continuar o caminho. Por exemplo o IMI no máximo era importante, quando as pessoas eram penalizadas mas viam o resultado do seu sacrifício compreendiam. Custou muito quando os senhores presidentes de junta de freguesia com as suas dificuldades todas não tiveram os apoios pedidos e não tiveram situações resolvidas, mas independentemente da sua cor partidária fizeram um excelente trabalho e souberam interpretar o momento difícil que vivemos.

Depois o Sr. Deputado Manuel Luís Morais disse que reduzimos a dívida em 4,5 milhões de euros não era verdade, reduzimos 5,6 milhões de euros, era mais um milhão do que o Sr. Deputado referiu.

Portanto senhores deputados o facto era dizer que hoje vivemos um momento histórico.

Após as intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento em apreço a votação e a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade, com vinte e quatro votos: catorze votos do PS; nove votos do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

## 2.9-CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO E O GRUPO DESPORTIVO SANTACOMBADENSE PARA COLOCAÇÃO DE RELVADO

Largo do Município, 13 - 3440-337 Santa Comba Dão - Telef. Geral 232 880 500 - Fax 232 880 501 - E.mail: assembleia.municipal@cm-santacombadao.pt - site: www.cm-santacombadao.pt

Contribuinte N.º 506 637 441



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SINTÉTICO NO CAMPO DE FUTEBOL ESTEVÃO DE FARIA = PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL = APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação acerca do assunto em epígrafe.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para discussão deste ponto dos trabalhos.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Pedro Nunes, na sua intervenção disse que este assunto era um tema que ouviu aqui intitulado como polémico e, no seu entender, nada tinha de polémico e deveria ser um grande motivo de orgulho para todos nós este tipo de temática quando vinha a debate. Contudo, iria fazer algumas reflexões porque era importante para memória futura. Em primeiro lugar relevar o fantástico trabalho feito pelo Pinguinzinho na promoção do desporto, do futebol em particular, e de facto mencionar e dar nota de reconhecimento tendo em conta as condições precárias com que se deparavam comparativamente com a realidade à nossa volta. Era de facto de louvar. Queria deixar claro que não poderia estar mais de acordo com tudo aquilo que fossem melhorias para as práticas das associações quer desportivas ou culturais, porque a par do que acontece com o Pinguinzinho tínhamos o caso de muitas escolas de cidadania que mereciam todo o nosso apoio. No entanto havia algumas reflexões a fazer sob a forma e o apoio, pois passados quatro anos tínhamos vindo a debater as rendas, a assunção de compromissos futuros e era importante de uma vez por todas definir que efetivamente havia apoios que tinham de ser assumidos para o futuro, independentemente do resultado que advirá, ninguém conseguia prever o futuro, mas o único modelo de apoio passa por assunção de compromissos futuros. Muitas vezes esteve-se aqui a diabolizar os compromissos futuros e as rendas mas tínhamos de ser frontais e claros, pois muitas vezes era a única forma de o fazer e ter de tomar decisões independentemente do resultado final. A sua intervenção tinha uma motivação, não poderia ter outro papel que não fosse a de pugnar pela equidade do nosso território. Perguntava se qualquer outra associação pretender melhorar as suas condições que considere essenciais para o desenvolvimento da sua atividade manteria a Câmara Municipal o mesmo critério? Esperava que sim, que esse seja o marco futuro e de condições para apoiar de igual forma e equitativamente todas as outras associações que forem um exemplo de cidadania do nosso Município. Em jeito de despedida e como nota final foi interessante perceber aqui a temática da retórica, falámos em caminhos, credibilidade e ficava muito orgulhoso por perceber que começaram a haver sinais claros de retoma económica e de melhoria. Mas deixava esta reflexão, retórica era estarmos todos aqui a falar de desenvolvimento, de credibilidade e continuarmos a não ter iluminação pública durante toda a noite. Contudo esperava que todos aqueles eventos que foram aqui falados e que deviam ter todo o mérito sobre credibilidade e a situação financeira do Município não podiam deixar de ser encarados como um sinal que trazia mais responsabilidade para todos nós.

Tomou a palavra o Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, dizendo que se falou tanto em retórica que quando estava a ouvir o Sr. Presidente da Câmara associou a retórica e o discurso, não para o diminuir no seu valor intrínseco porque os liga laços de profunda amizade, para além de terem visões da política diferentes, o que era natural. Também, queria dizer que esperava muito mais do Sr. Secretário de Estado do Desporto quando veio a Santa Comba Dão assistir à cerimónia do dia um de maio. Mais tarde veio a saber que se tinha comprometido com uma verba que era indefinida, que não vinha nas primeiras folhas que lhe chegaram às mãos do contrato programa, como também era omissa em determinadas outras verbas. Todos estavam à espera que o apoio fosse efetivamente uma verba substancial e que não exigisse tanto compromisso por parte do Executivo, pois o cheque de 50 mil euros tem de pagar IVA. Não podíamos aceitar uma verba dessas, não precisávamos de esmolas desse género, se era esse o apoio do Estado prescindíamos dele, o governo central podia ajudar substancialmente porque tinha instituições próprias e estava a sobrecarregar os cofres do Município. Não tinha nada contra o Pinguinzinho e o Grupo Desportivo, aliás se estivesse no lugar deles fazia a exatamente o mesmo na defesa intransigente daquilo que consideravam ser o seu direito legítimo, não punha isso em cheque. Agora interrogava-se era quanto aquilo que o Estado participava que era uma ridícula.

Interveio o Sr. Deputado Manuel Luís Morais, dizendo que quem não sabia qual era o trabalho feito no anonimato pelos jovens do nosso concelho deveria ler com atenção o que estava escrito no programa contrato e



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que era revelador do trabalho que o Pinguinzinho fez nos últimos dez anos de extraordinário com os jovens ao nível desportivo com resultados coletivos e individuais, com atletas a ingressarem nos principais clubes de futebol do país e a nas continuadas e permanentes convocatórias para a Seleção Distrital de Viseu e para a Seleção Nacional. Também não podíamos esquecer a reabilitação da equipa sénior, os jogadores não tinham qualquer tipo de remuneração e voltaram a animar os adeptos ao domingo à tarde. Tinha de dar os parabéns ao Executivo e principalmente ao responsável pelo pelouro do desporto, o Sr. Vereador João Tomás, que ao assinarem este protocolo demonstraram sensibilidade, discernimento e conhecimento entre gastar e investir. Era muito importante isto, era um projeto e uma obra estruturante para o presente e futuro do nosso concelho em relação ao desporto. Era o reconhecimento, convém realçar, mais do que justo do nosso Município aos pais, familiares, amigos e dirigentes que anonimamente trabalhavam diariamente para que nada faltasse aos nossos atletas. Todas as associações são iguais mas cada uma difere no trabalho constante que tinha com a sociedade. Isto não era uma obra de ninguém era para todos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para responder às questões que lhe foram colocadas. Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Pedro Nunes disse que naturalmente estava a assumir compromissos futuros, e quando o Sr. Deputado dizia que no passado também tiveram de assumir compromissos futuros e falou nas rendas, se calhar das rendas dos centros educativos. Não queria voltar a falar nisso mas foi a decisão mais trágica que alguma vez aconteceu em Santa Comba Dão quando se optou por construir dois centros escolares através de uma parceria público privada e que não foram objeto de nenhum financiamento comunitário e podiam ter sido financiados a 95%, e tínhamos de paga-los este tempo todo. Era natural que os compromissos futuros tivessem de se fazer, se fosse assim não existia endividamento, mas tinha de haver consciencialização e sentido de oportunidade naquilo que eram os compromissos. Este era o momento inevitável, não foi a mesma coisa das rendas escolares que tão caro vão custar a Santa Comba Dão. Quando o Sr. Deputado perguntava se a partir de agora todas as associações iriam ser tratadas com igualdade, no caso de existir uma associação com a envolvimento, representatividade e trabalho como o do Pinguinzinho irá ser tratada da mesma forma, tudo isso teria de ser analisado e tido em conta. Também disse que continuamos a não ter iluminação pública durante toda a noite, era verdade e um constrangimento que ainda existia e agora perguntava ao Sr. Deputado se seria preferível ligar a iluminação pública ou apoiar o Pinguinzinho? Isso seria demagogia. Se o Executivo tivesse ligado a iluminação pública há um mês atrás diziam que ia haver eleições e que já estavam a ligar a iluminação pública.

Respondendo ao Sr. Deputado Rui Jorge Pereira, quando disse que esperava mais do Sr. Secretário de Estado do Desporto queria dizer-lhe que ele deu aquilo que os mecanismos que tinha ao seu dispor lhe permitiam fazer, no entanto ficou o compromisso futuro, por parte do Sr. Secretário de Estado, de que logo que existisse outro mecanismo ia ajudar a resolver este problema. O Município também ficará atento se através de outros mecanismos financeiros comunitários ou de outro nível que possam vir a ajudar a resolver este problema. Não se podia perder esta oportunidade pois daqui a três meses iniciava-se a época desportiva.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Luís Pedro Nunes para defesa da honra, na sua defesa disse que deixava uma clarificação porque entendia que o Sr. Presidente da Câmara interpretou mal as suas palavras. Quando falou em termos de rendas não se referia aos centros escolares, estava a falar em opções políticas, era justo e sério nos termos que assumiu perante outros, que por vezes, para fazer face a necessidades era necessário fazer assunção de compromissos diluídos no tempo, só isso de forma muito teórica, não queria particularizar, entendia que esta altura fosse propícia a que particularizem algumas questões, também queria dizer que não entende e que era pouco justo da parte do Sr. Presidente da Câmara que o estivesse a colocar na posição em que tinha de escolher a iluminação pública ou apoiar o Pinguinzinho, nem sequer era sério estar a fazer isso, só pretendeu chamar a atenção, era o seu dever enquanto estiver aqui e até ao final. Embora com todo o mérito com que o Município trilhou um caminho no sentido da credibilidade, havia de facto coisas que por vezes são questões elementares. Disse que enquanto Presidente da Câmara devia estar muito mais centrado naquilo que as pessoas podem dizer futuramente e se o Sr. Presidente da Câmara tinha condições para ligar a iluminação pública neste momento que o fizesse e não tivesse problema por dizerem que era por eleições.



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Sr. Presidente voltou a tomar a palavra para dizer ao Sr. Deputado Luís Pedro Nunes que também tinha interpretado mal o que quis dizer. Não tinha dito que o Executivo se podia dar ao luxo de ligar imediatamente as luzes porque isso também tinha custos, naturalmente que percebíamos que era um constrangimento, mas como o Sr. Deputado devia estar recordado quando o Município numa situação de extrema necessidade teve de tomar essa decisão, provavelmente estava recordado do discurso na Assembleia Municipal acerca do catastrofismo desta decisão, causava transtorno a algumas pessoas. Era um sinal de que foi um instrumento de gestão que permitiu ao Executivo poupar verbas significativas e que foram alocadas a determinados fins e que hoje lhe permitiu chegar à situação atual. Não quis colocar o Sr. Deputado numa difícil decisão, entre ligar a luz ou apoiar o Pinguinzinho, que ficasse bem claro este esclarecimento. Ao longo destes quatro anos sabíamos do constrangimento mas não teve o impacto e as consequências catastróficas que algumas vezes foram anunciadas.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento em apreço à votação. Este ponto foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor, sendo 14 votos do PS, dois votos do PPD/PSD, dos Senhores Deputados Pedro Cruz e Fernando Almeida e oito abstenções, sendo sete do PPD/PSD e uma do CDS/PP.

Terminado este ponto o Sr. Presidente da AM passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia.

### III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

No último ponto dos trabalhos da Assembleia o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público. Neste ponto não houve intervenções por parte do público.

A minuta da ata após ter sido lida em voz alta foi posta à votação pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos, catorze votos do PS, nove do PPD/PSD e um voto do CDS/PP.

O Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas vinte horas e dez minutos, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Mesa.

Luís José Tavares